

Documento pede firmeza na condução do plano

O documento preparado pelo Ministério da Fazenda para municiar os parlamentares governistas com argumentos de defesa do Plano Real diz que o crescimento da emissão de cheques sem fundos e do número de concordatas, além da elevação da inadimplência, são "fenômenos que antecedem a elevação dos juros (ocorrida em março), não podendo, por conseguinte, ser considerados resultados da re-

cente política monetária adotada pelo governo".

O documento termina por pregar a necessidade de persistir na implementação do programa. "Qualquer hesitação na condução dos ajustes necessários no presente será extremamente onerosa, colocando em risco as conquistas obtidas pelo Plano Real até o momento e impondo sacrifícios ainda maiores para o futuro."

A defesa da atual política econômica é muito clara: "Por mais onerosas que possam parecer as providências de contenção fiscal e monetária adotadas pelo governo, seus custos parecem reduzidos quando cotejados aos sacrifícios gigantescos da inflação que recaem preponderantemente sobre as camadas menos privilegiadas da população brasileira", conclui o documento preparado pelo Ministério.